

Coluna do Castello

Sarney endurece contra o parlamentarismo

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, fixou-se na posição de só alterar os pontos mais sensíveis do projeto de constituição que apresentou há 10 dias se as mudanças que lhe forem propostas obtiverem o aval dos principais grupos políticos organizados na Constituinte. Mais exatamente: Cabral só se dispõe a aperfeiçoar seu substitutivo se o que lhe for sugerido contiver a assinatura de mais da metade dos 93 membros da Comissão de Sistematização.

Com isso, imagina que terá, previamente, assegurada a aprovação do substitutivo no âmbito da comissão e sua passagem quase incólume, depois, pelo plenário da Constituinte. Ali, qualquer artigo do documento oferecido pela comissão ao exame dos constituintes só poderá ser derrubado por uma maioria de 280 votos. Não será fácil juntar mais da metade dos constituintes para votar, uniformemente, qualquer coisa. Na prática, os partidos deixaram de existir. Agora é cada um por si.

A determinação de Cabral vale, segundo ele, para qualquer ponto conflitivo da última versão do seu substitutivo. Vale, por exemplo, para que o artigo que definiu o emprego legal das Forças Armadas, e que tanta polêmica tem provocado, possa vir a ter sua redação alterada. Do jeito que está, o artigo condiciona o uso da força militar à solicitação expressa de algum dos poderes constitucionais. Só a pedido do presidente da República o Exército poderá intervir para sufocar uma greve.

Na Constituição que hoje vige, o Exército pode intervir sem ser formalmente acionado pelo presidente — desde que a lei e a ordem estejam ameaçadas. As duas expressões, em nome das quais tantas intervenções já foram cometidas nesse país, poderão ou não ser repostas no artigo de Cabral a depender de um amplo acordo que se estabeleça a respeito até a data de publicação do próximo substitutivo. Lideranças do PMDB e do PFL trabalham nessa direção. O ministro do Exército vigia.

“Sempre disse que meu papel, como relator, não poderia ser o de impor minha vontade mas o de respeitar a vontade da maioria ou de procurar harmonizar as divergências”, argumenta o deputado. Em questões menores, pelo menos, fica difícil identificar que maioria teve sua vontade satisfeita por Cabral. Pode ser que ele tenha respeitado o desejo de alguma maioria amazônica ao propor no seu substitutivo a eternidade para a Zona Franca de Manaus. Nunca se sabe.

Sabe-se, por revelação do próprio deputado, que ele considera difícil um acordo entre as diversas forças políticas representadas na Comissão de Sistematização que possa vir a mudar sua proposta de parlamentarismo quase puro que levou o pânico ao Palácio do Planalto e fez o presidente Sarney apelar para o ministro do Exército. Não procedem as informações, pelo menos não procediam até ontem à tarde, de que a dupla Sarney-Leônidas esteja admitindo a adoção de algum tipo de parlamentarismo.

Não está — e tudo fará para reunir a maioria dos votos na Comissão de Sistematização em favor da manutenção do presidencialismo. Foi declarada aberta a temporada de caça governamental a quem tenha voto ou a quem possa influir para a definição de qualquer um dos preciosos votos de tão poderosa comissão. Sarney concorda em conferir poderes ao futuro Congresso com os quais ele jamais sonhou, mas resistirá a dividir com ele o poder de governar, muito menos a perder esse poder.

O presidente foi surpreendido pela proposta de parlamentarismo quase puro do substitutivo de Cabral e se empenha em recuperar o tempo perdido. Uma semana antes do substitutivo ser divulgado, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, numerou e distribuiu a políticos de sua absoluta confiança seis cópias de um documento. Era o substitutivo que ele mesmo redigira e que Cabral se comprometera a apresentar, segundo Saulo confidenciou a mais de um deputado. Não o fez.

“O Bernardo nos imobilizou. Disse que deixássemos tudo com ele e saiu com uma coisa dessas”, queixou-se o presidente há uma semana. A prorrogação dos prazos da Constituinte, anunciada anteontem pelo deputado Ulysses Guimarães, objetiva dar mais tempo ao governo para livrar-se da ameaça do parlamentarismo de autoria do senador Afonso Arinos. O resto da futura constituição perdeu, temporariamente, qualquer importância para o presidente.

O conhecimento do metabolismo do Congresso sugere que algum acordo, se ocorrer, só deverá ser obtido na última hora do último dia do prazo para que Cabral feche mais um dos seus substitutivos. A fraqueza dos parlamentaristas da Constituinte está em que, embora sejam majoritários, não estão unidos em torno de um único modelo que pretendem ver instituído. Há parlamentarismos para todos os gostos.